



ID: 36846465

01-07-2011

E Entrevista



Fotos: Fernando Algarvio



Nuno Morais Sarmiento

“Há mais vida para além dos ratings”

Depois da tempestade vem a bonança. É com esta certeza tranquila que Nuno Morais Sarmiento encara o futuro. O antigo ministro de Durão Barroso recorda que a História é um exímio calmante em épocas conturbadas, como o confirmam as dificuldades superadas no passado. Sem temer os “chavões do costume”, vai enunciando o que é preciso mudar entretanto: os fundamentos da Segurança Social, a prestação dos serviços de Saúde e a aplicação da Justiça. A regra é “fazer mais com menos”.

Não há muito tempo, comentava as capacidades de liderança do primeiro-ministro, afirmando que ele era um “ovo Kinder”. Até agora, o que mais o surpreendeu em Pedro Passos Coelho?

Penso que ele tem protagonizado uma revelação francamente positiva, sobretudo no que diz respeito à liderança. Mas, mais do que essa capacidade de liderar, momentos difíceis como este exigem uma qualidade que nem sempre é facilmente percebida e valorizada: tranquilidade. A serenidade que caracteriza Pedro Passos Coelho, para lá da animação das campanhas eleitorais e da pressão imposta por circunstâncias de grande tensão, é invulgar e bem-vinda. Essa atitude acalma subtilmente as pessoas, o que é fundamental numa época de grande ansiedade. Para já, é esta a avaliação possível do novo primeiro-ministro, pois ele assumiu funções há pouco tempo e, como tal, só podemos fazer juízos sobre a atitude e sobre o sentido das decisões anunciadas.

Para muitos, a composição do Executivo foi também uma surpresa, com mais tecnocratas e menos políticos do que é habitual. Parece-lhe ser esta a solução para colocar o país no bom caminho?

Não colocaria a questão nesses termos, porque se o fizesse estaria a passar um atestado de incompetência aos filiados políticos. Não interessa se o ministro A ou B é ou não independente, o que é preciso é que seja competente. Julgo que terá sido este o critério de Pedro Passos Coelho na escolha dos seus ministros e não deixa de ser curioso que do lado do CDS haja mais militantes do que independentes [apenas um]...

Mas mais do que contabilizar militantes, prefiro encarar a composição deste Governo como um sinal de renovação e de mudança. Ao escolher este elenco governativo, guiando-se muito mais pelo critério da competência do que pelo da militância, o que Pedro Passos Coelho faz é um corte geracional que vinha a ser ensaiado há cerca de uma década. Vi-o nas equipas que acompanharam as lideranças de Marcelo Rebelo de Sousa, de Marques Mendes, talvez não tanto na de Luís Filipe Menezes, mas é a primeira vez que considero este corte irreversível, dadas as posições-chave que são ocupadas por pessoas de uma geração diferente. Esta renovação não se resume apenas a caras mais novas ou menos “gastas” publicamente. Aporta também uma nova visão do mundo e uma outra perspectiva de encarar o futuro. Por isso é, quanto a mim, um factor de esperança.

Em que se traduz essa nova visão do futuro?

Trata-se de transitar, em termos civis e políticos, de um tempo de instituições para um tempo de pessoas. Essa realidade começa a verificar-

-se de diferentes formas em Portugal, na Europa e no mundo, e tem-me interessado particularmente. Vejo-a um pouco nesta equipa governativa, assim como a vejo no número crescente de iniciativas cívicas e políticas que têm lugar fora do quadro partidário e institucional. Uma das alterações que começa a assumir contornos cada vez mais decisivos é a possibilidade de as pessoas intervirem directamente, sem precisarem das instituições, ao contrário do que sucedia no modelo tradicional. Agora, pela via tecnológica, qualquer um pode defender de uma forma mais autêntica o seu ponto de vista ou travar a sua luta numa rede de comunicação global, sem precisar da “bengala” institucional e obtendo um resultado mais directo e imediato. Quando encontramos pessoas sem uma ligação institucional que participam em momentos políticos, económicos ou sociais como protagonistas, isto significa que estamos a viver um tempo que permite o envolvimento dos cidadãos fora do percurso “normal”. Progressivamente, passaremos a avaliar os governos pelas pessoas e não em função dos grupos partidários.

Apesar de embrionária, essa mudança de paradigma já trouxe algumas desilusões. Por exemplo, a renúncia de Fernando Nobre ao mandato de deputado, duas semanas depois de não ter sido eleito presidente da Assembleia da República...

Embrionária em Portugal, porque se olharmos para Espanha não será. O caso de Fernando Nobre foi uma boa ideia aplicada no local errado.

Ou pessoa errada?

Custa-me que se avaliem as pessoas não pelo que são ou pelo que fazem, mas sim pelo sucesso ou insucesso de uma circunstância que, por vezes, nem depende delas. Faz-me confusão que se passe de uma leitura positiva de décadas de participação na vida pública para o juízo desfavorável de alguém, por causa do desacerato de uma ideia que, por mais generosa que fosse, politicamente era inocente e não pesava devidamente o seu impacto. Dito de outro modo: já conheço Fernando Nobre há algumas décadas e não o tenho como um homem de reflexão e de comentário. Teria sido bem mais útil canalizar a sua energia para a acção, em vez de tentar recauchutá-lo num reflexivo parlamentar.

Via Fernando Nobre com outra função neste Executivo?

Fosse no Governo ou numa outra plataforma de intervenção, seguramente ele poderia desempenhar um papel relevante numa fase em que é fácil adivinhar fortes tensões sociais e políticas. O seu percurso pessoal e profissional permite-nos antecipar que ele seria a pessoa ideal para es-



Sem medos

Há mais de um ano que Nuno Morais Sarmento entra pelas nossas casas, discutindo com o actual candidato a secretário-geral do PS temas da agenda política. Faz-lo no programa televisivo *Contraste*, onde as ideias do social-democrata colidem com as de Francisco Assis, quase na mesma proporção em que se encaixam numa visão do país e do mundo "para além da espuma do momento". Essa perspectiva favorece um clima de esperança, que é bom e se recomenda em contextos de crise. Acreditando que no futuro as instituições cederão o lugar às pessoas, o advogado defende que a solução para os problemas do país depende de um esforço conjunto dos cidadãos – cada vez mais libertos das amarras do Estado e mais próximos da intervenção cívica, directa e imediata proporcionada pelas novas tecnologias. Antevendo ser esta a tendência a impor-se, o ex-ministro da Presidência, do Estado e dos Assuntos Parlamentares considera ainda que a política está cada vez menos atractiva. "Assim como a política e o exercício de funções públicas não podem ser uma escada de promoção social, (...) também não faz sentido exigir a profissionais competentes que prescindam do vencimento que auferem no privado para servirem o Estado", argumenta. Sócio do escritório de advogados PLMJ, o comentador confessa-se pouco motivado para regressar ao exercício de cargos públicos: "Custa-me, a partir do momento em que aceito um cargo governamental, deixar de ser encarado como um advogado sério para passar a ser visto como um potencial criminoso." Casado e pai de dois filhos, aos 50 anos, Nuno Morais Sarmento é um dos mais conceituados *opinion makers* portugueses. A sua passagem pelo Governo ficou marcada pela revelação de que no passado teria sido toxicod dependente, uma confissão corajosa mas que lhe poderia ter valido o descrédito. Sarmento não temeu, arriscou e ganhou. "Temos que nos saber levantar e lembrarmo-nos de que podemos sempre cair" – foi assim que encerrou esta entrevista.

tabelecer e fomentar o diálogo com sectores da sociedade mais afastados da intervenção político-partidária e que, nos tempos mais próximos, estarão mais activos. Respondendo à sua questão: sim, Fernando Nobre poderia dar um contributo mais útil para amenizar o difícil período que atravessamos, mas perdemos para a causa política um bom activista.

Voltando à composição do Governo, não é estranho que numa altura em que os compromissos assumidos com a *troika* exigem mais atenção do que nunca, para evitar derrapagens e incumprimentos, a opção de Pedro Passos Coelho tenha passado por uma redução do corpo ministerial?

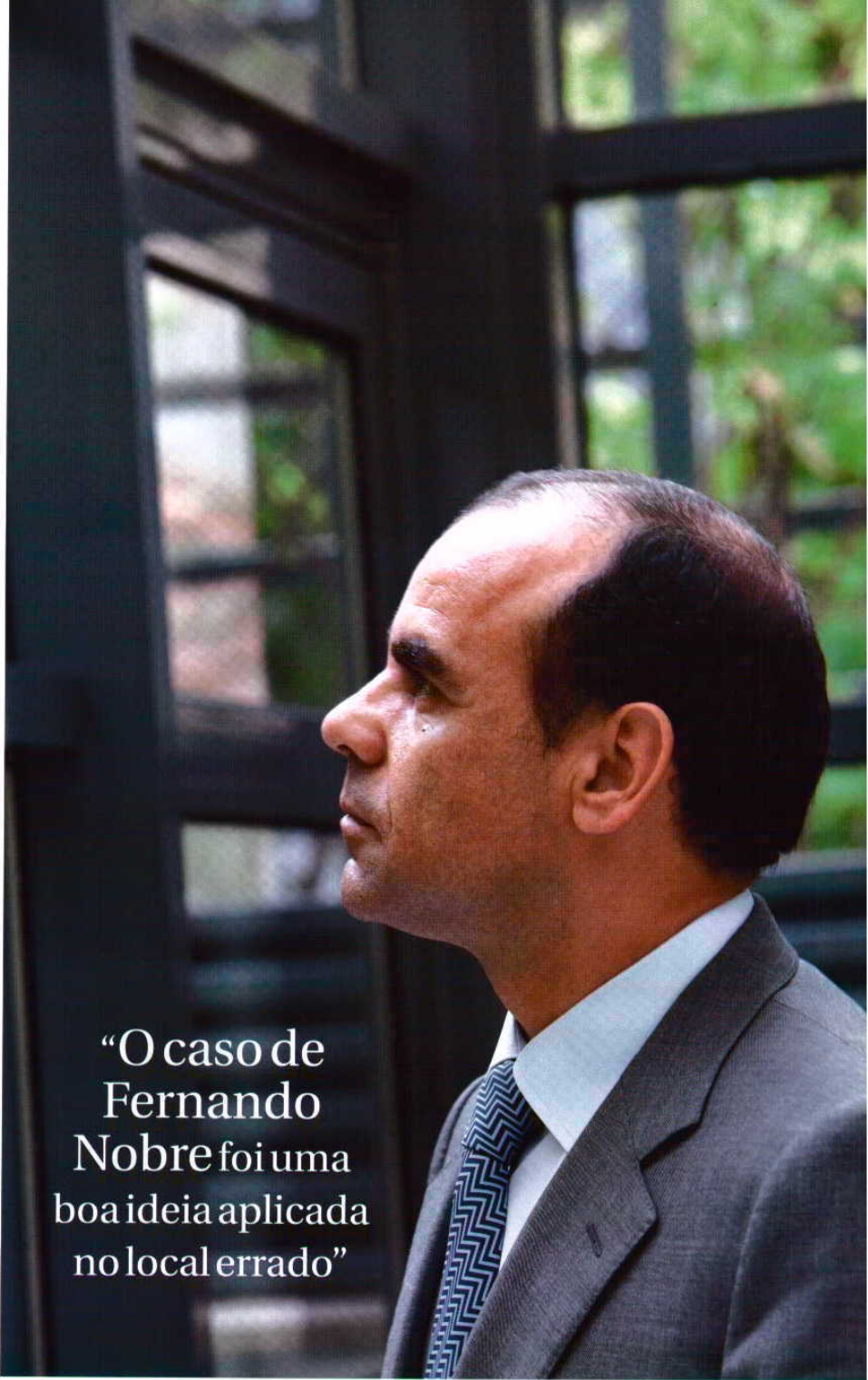
Essa decisão tem obviamente um carácter simbólico. É pedido a todos que se faça mais com menos e a mensagem que o primeiro-ministro procurou passar é que também o Governo vai tentar obter melhores resultados consumindo menos recursos. Felizmente, Pedro Passos Coelho não caiu na armadilha – falei com ele na altura e fiquei descansado – de concentrar num ministério as competências de vários. Ainda que fosse vantajoso para o país, seria complicado fazê-lo, porque implicaria que o tempo inicial do Executivo fosse gasto na reorganização de estruturas que não estão habituadas a trabalhar em conjunto e que, em muitos casos, têm até uma tradição de separação ou de antagonismo.

Esta equipa governativa demarca-se também do passado pelo papel que é atribuído aos secretários de Estado, que deixam de ser encarados como meros ajudantes e passam a ter autonomia e capacidade de decisão, actuando como verdadeiros ministros. Mais uma vez, reforça-se a mensagem de que é preciso fazer mais com menos.

Há áreas onde é flagrante que é preciso cortar mais, gastar menos. O antigo director-geral dos Impostos, Paulo Macedo, está à altura dessa missão?

Não considero que o Ministério da Saúde tenha necessariamente que ser tutelado por um médico. A prova disso é que já em 2002 [no primeiro Governo de Durão Barroso], o economista Luís Filipe Pereira assumiu esta pasta e alcançou bons resultados – desde a introdução dos genéricos ao início da transformação dos hospitais, que passaram a ser geridos como empresas com o devido controlo de custos. Na altura, este tipo de intervenção suscitou dúvidas, mas as leituras mais recentes aplaudem esse rumo. Creio que o actual ministro da Saúde tem características semelhantes. É obviamente uma pessoa com capacidade de gestão, como o demonstra o seu percurso profissional, e é também um homem que não fica intimidado com polémicas despropositadas. Todos nos recordamos como ele não se deixou perturbar pela controvérsia gerada à volta do seu vencimento quando ocupava o cargo de director-geral dos Impostos. Para mim, a regra deveria ser esta: assim como a política e o exercício de funções públicas não podem ser uma escada de promoção social, que acelere carreiras, níveis de reconhecimento e de remuneração a quem não os tinha, também não faz sentido exigir a profissionais competentes que prescindam do vencimento que auferem no privado para servirem o Estado.

Paulo Macedo, tal como os restantes independentes que compõem o Governo, não tem uma carreira limitada aos percursos político-partidários e ainda bem. Quando saiu do BCP para a Direcção-Geral de Impostos, foi logo alvo de insultos e de suspeição, porque se teve disponibilidade para aceitar aquele



“O caso de Fernando Nobre foi uma boa ideia aplicada no local errado”

lugar, certamente ganharia algo com isso. Eu, pelo contrário, louvo essa coragem e essa capacidade, porque sei o quão difícil é aceitar um cargo desta responsabilidade e como isso impõe sacrifícios na nossa vida pessoal e na nossa carreira. Com a adjuvante de que Paulo Macedo deixou trabalho feito – num curto espaço de tempo foi capaz de mexer numa máquina fechadíssima e não recuou perante as críticas. Portanto, entusiasma-me que alguém com provas dadas assumia agora os comandos de uma área tão delicada como a da Saúde.

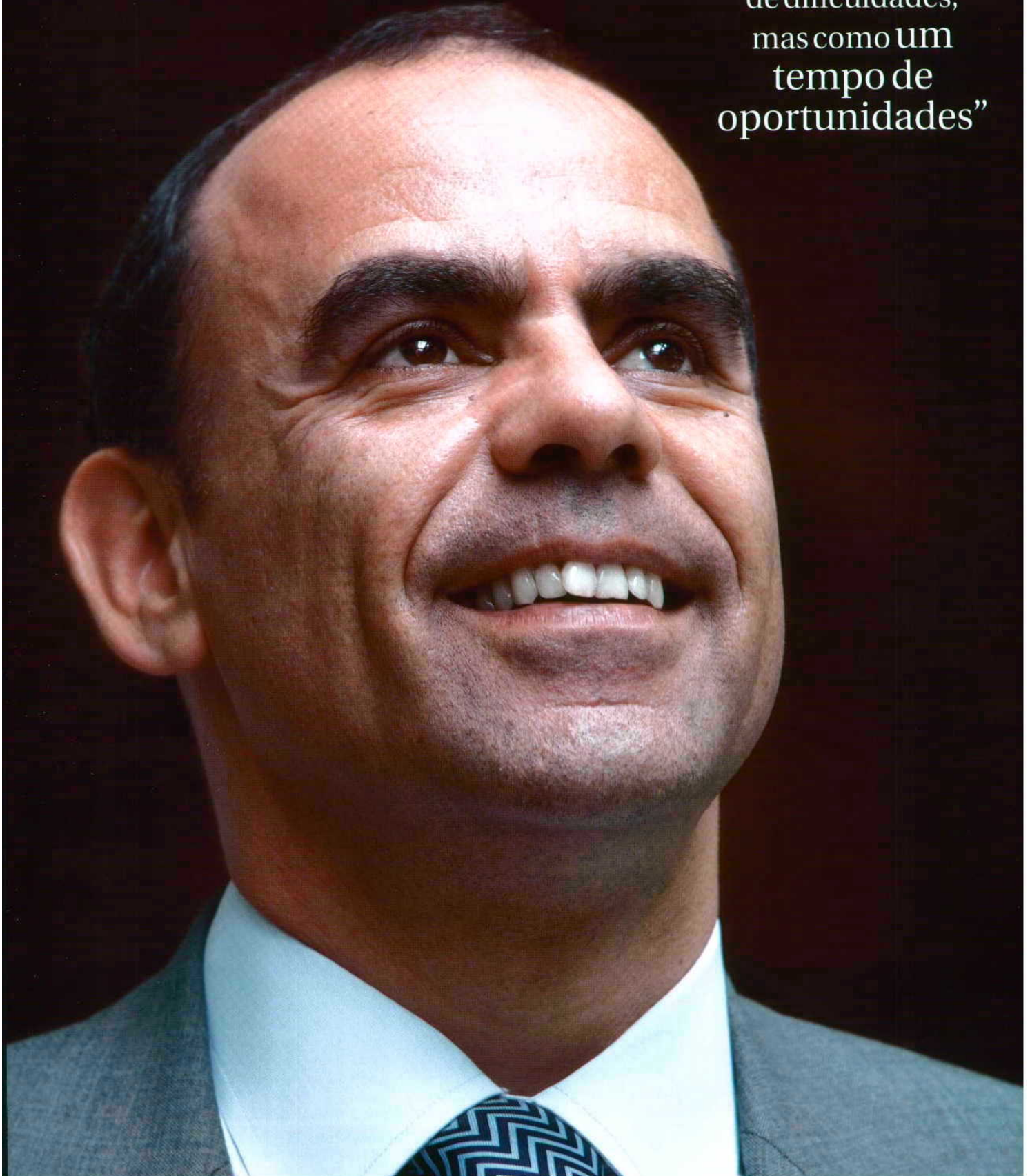
E o que pensa dos até agora quase ilustres anónimos Álvaro Santos Pereira e Vítor Gaspar?

Sabe que as grandes viragens históricas foram despoletadas por anónimos. Portanto, espero que dentro de pouco tempo possamos admirar as con-

quistas destes dois ministros. Devo confessar que conheço melhor Álvaro Santos Pereira do que Vítor Gaspar e o que destaco dele é um optimismo e uma fé na possibilidade de mudar, de fazer diferente e de fazer melhor, que me parecem extremamente positivos. Atravessamos uma época em que é fundamental que quem está no Governo tenha uma boa dose de idealismo e de confiança, porque mais cedo ou mais tarde vai parecer que o mundo inteiro pensa uma coisa e que quem governa defende outra. Aí é crucial continuar a apostar firmemente em algo que não é evidente, mas que se acredita que resulte em benefício do país. E isso é tão mais significativo quanto considerarmos a exigência dos desafios que se colocam a Álvaro Santos Pereira, que tem plena consciência de que está à frente de uma pasta [Economia] que se pretende que cresça,



“Devemos encarar
o futuro não
como um tempo
de dificuldades,
mas como um
tempo de
oportunidades”





O advogado e antigo ministro considera que todas as juntas de freguesia "deviam ser extintas, na medida em que estamos a falar de mais de 100 mil funcionários"

numa altura em que inequivocamente as primeiras medidas do Governo não vão motivar qualquer crescimento económico.

Em Maio, Álvaro Santos Pereira disse numa entrevista: "É muito importante que consigamos diminuir a despesa do Estado e reestruturá-lo. Principalmente cortar em institutos, organismos e entidades públicas para que não tenhamos que sacrificar ainda mais as famílias, os funcionários públicos e as empresas." Mas até agora, tal como no passado, este Governo foi pelo caminho mais fácil: aumentou impostos. Que leitura fazemos disto? É um clássico?

Não, não é. Primeiro, desconheço que solução se pode implementar do lado da despesa que tenha efeitos directos e imediatos, com relevância para as contas públicas. É normal que haja uma acção sobre o lado da receita para garantir que honramos os compromissos assumidos com os nossos parceiros internacionais em matéria de contas públicas. E isso não entra em contradição com as directivas deste Governo. Não ouvi nenhum ministro dizer que com a criação da sobretaxa extraordinária em sede de IRS iria alterar o nosso modelo de económico e assegurar o crescimento de Portugal. Segundo, a sua questão sugere que nada se avizinha em termos de reestruturação do peso do Estado na economia. Eu sou dos que acredito que as privatizações são uma solução interessante para libertar o Estado de papéis e funções que podem ser os privados a desempenhar

– e até bem melhor. Seguir por esta via permite não só o encaixe de receitas, mas sobretudo o redimensionamento do Estado – o que para mim é o mais importante. Por que carga de água é que tem de ser um funcionário público a passar as cartas de condução, por exemplo? Não acredito que a Direcção-Geral de Viação seja um organismo lucrativo, pelo contrário, reclamará certamente parte dos nossos impostos para se manter em funcionamento. Há necessidade disso? Trata-se de uma área sensível? Não me parece! E também precisamos que seja o Estado a efectuar a emissão das licenças de caça? Não é muito mais oportuno criar oportunidades de prestação de serviços, de criação de empresas e de emprego para a iniciativa privada? Não tenho qualquer dúvida a esse respeito. Digo-lhe mais: quando iniciámos a privatização dos notários em 2003, fizemo-lo com uma dupla intenção. Por um lado, demonstrar que é possível libertar o Estado de um conjunto de serviços que não têm de ser prestados pela administração pública e, por outro, fazê-lo numa área que garantisse a segurança jurídica individual, do ponto de vista matricial e empresarial. Não há hoje estudos que digam que os notários funcionam pior do que no passado. Ou seja, pode e deve-se fazer mais com menos, e este princípio não deve ser envenenado com o argumento de que se está a mexer em garantias e direitos essenciais dos cidadãos. Todos os partidos políticos conhecem – o Bloco de Esquerda não sei – diversos estudos sobre o redimensionamento do Estado e das suas funções. Como tal, acho

muito bem que este Governo enverede por essa via em áreas que não afectem os direitos dos cidadãos. Ao fazê-lo, poderá acelerar a economia em vez de actuar como um empecilho ou um travão.

Se fossem privados a fiscalizar a atribuição de prestações sociais, o mais provável é que a derrapagem não atingisse os 531 milhões de euros?

Dei exemplos em que não mencionei intencionalmente áreas que tocam direitos fundamentais, porque entendo que não é preciso ir à Saúde ou à Segurança Social para dismantelar mais de 50% da máquina estatal. Este Estado que nos sufoca, que converte aquilo que é o mais importante na vida dos meus filhos – que é o seu projecto pessoal e de formação – numa quadrícula de *numerus clausus* e de geometria de escolas acaba por motivar as manifestações a que temos assistido na Avenida da Liberdade e nas Portas do Sol, e que visam libertar a sociedade do peso opressor deste aparelho. Não há que ter tabus ou preconceitos: o Estado Social de que falamos existe há 40 anos e as juntas de freguesia, que tanta tinta têm feito correr nos últimos tempos, são uma realidade com meia dúzia de anos. Se acabassem todas, eu não me comovia. Aliás, deviam ser todas extintas, na medida em que estamos a falar de mais de 100 mil funcionários. Na altura das eleições autárquicas, são mais de 200 mil pessoas das listas dos partidos. É imperioso que se tenha noção do quanto isto representa em tempo e dinheiro. Percebo a cautela de Pedro Passos Coelho ao abordar



“Sejamos claros: não há dinheiro, logo é preciso repensar o esquema de apoios prestado”

este assunto, mas penso que seria melhor explicar ao país que se acabavam com as juntas de freguesia e que os serviços destas passavam a ser assegurados pelos municípios. Não podemos é ficar a meio da ponte, perdidos. Sejamos claros: não há dinheiro, logo é preciso repensar o esquema de apoios prestado. Ao contrário do que acontece em Portugal – em que quem sugere alterações neste âmbito é logo chamado de fascista –, todos os partidos no mundo inteiro estão a discutir os necessários ajustamentos, porque as soluções que temos não são justas. Na Saúde é bem atendido quem conhece alguém e na Segurança Social percebemos hoje que as prestações de desemprego e de reinserção social são muitas vezes atribuídas a quem delas não precisa.

Vieira da Silva, na altura ministro do Trabalho e da Segurança Social, dizia que os 132 milhões de euros de subsídios de desemprego pagos indevidamente em 2007 não eram uma fraude. Em 2009, o deslize passou para os 531 milhões... Atendendo a

esta evidente derrapagem, não é preocupante que Vieira da Silva seja agora o presidente da comissão parlamentar que vai acompanhar as medidas do programa acordado com a troika?

Vieira da Silva personifica o exemplo de uma postura anacrónica em áreas onde era essencial discutir a substância das coisas. Quando o apontam como alguém que fez a reforma da Segurança Social, eu fico pasmado! Ele limitou-se a rever a sustentabilidade do sistema, mexendo em variáveis para prolongar um pouco mais no tempo o pagamento das reformas. Porém, não fez nada em relação aos fundamentos das prestações e aos critérios de atribuição. Em vez de discutirmos isso, vamos lidando com derrapagens acima dos 500 milhões de euros, quando todo o ensino pré-escolar em Portugal não custa 70 milhões de euros. Ou seja, é preocupante que não tenhamos mais de 70 milhões de euros para dar às nossas crianças e que, aparentemente, aceitemos tranquilamente a atribuição indevida de 500 milhões de euros em apoios sociais, só porque um socialista – que tem a

fama de ter reformado a Segurança Social – não teve qualquer preocupação em fiscalizar.

Na Justiça, o que espera de Paula Teixeira da Cruz?

Acho que este nome foi uma escolha acertada. Ninguém duvida de que estamos a falar de uma mulher determinada – só ela, num ano, provocou mudanças na liderança do maior partido e na maior câmara municipal do país. Portanto, a meu ver, Paula Teixeira da Cruz tem a capacidade de desconstrução que a Justiça reclama actualmente, bloqueado que está o sistema por posições corporativas e legislativas.

É a pessoa certa para travar o tão falado combate à corrupção?

Enquanto a Justiça não funcionar correctamente, não há qualquer hipótese de pôr um travão a isso. Quando surgiram os primeiros sinais de corrupção, a reacção dos políticos foi precisamente no sentido oposto do que aconteceria com outra classe, como os advogados ou os jornalistas. Em vez de identificarem e punirem os corruptos, criaram mecanismos que aumentaram o grau de suspeição que recai sobre toda a classe.

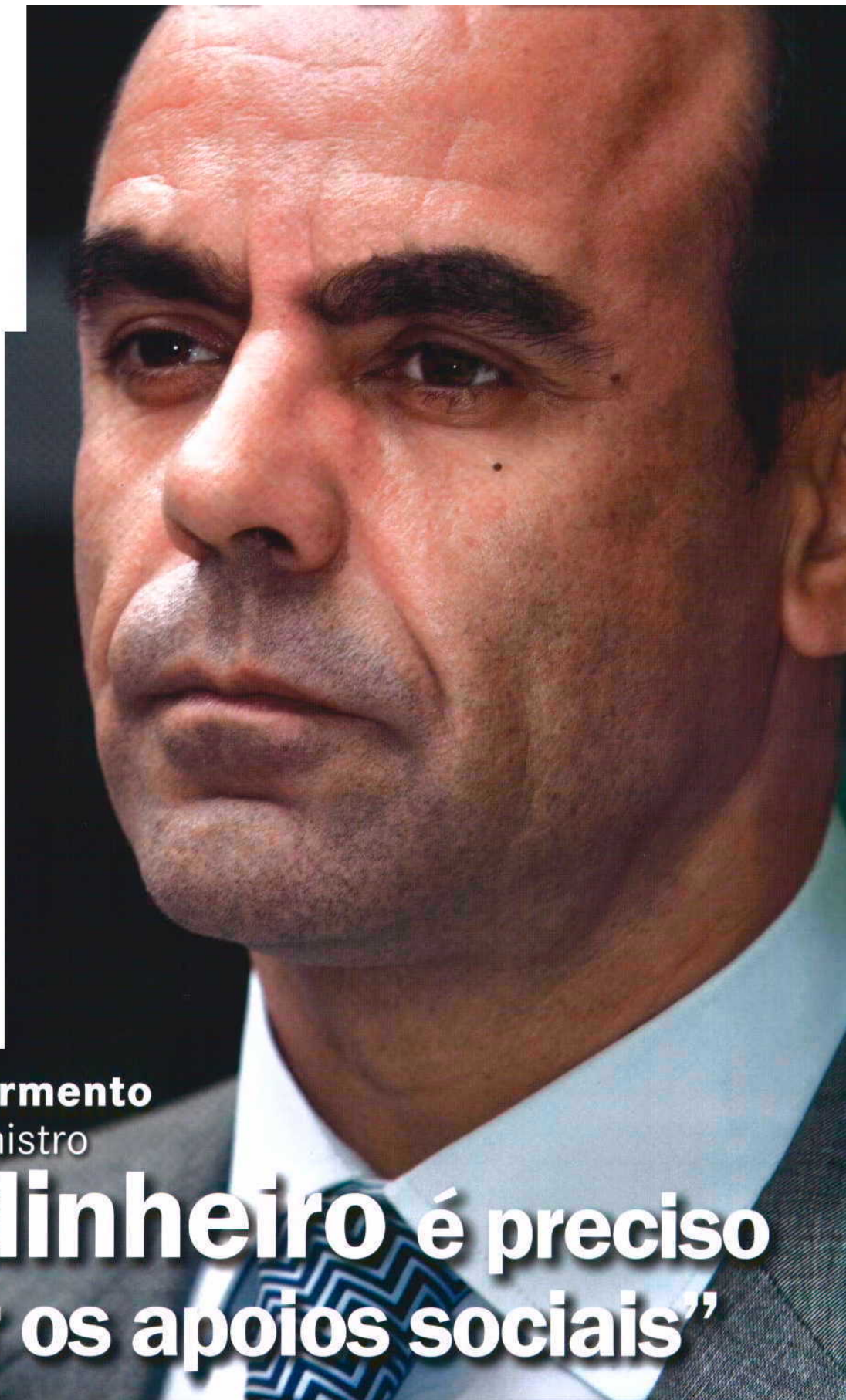
Tenho sete irmãos. Alguns trabalham por conta própria e outros em empresas com relações com o Estado. Um dia aceitei ser ministro e eles ficaram impedidos de trabalhar onde trabalhavam. Esta é uma das razões pelas quais me custa, a partir do momento em que aceito um cargo governamental, deixar de ser encarado como um advogado sério para ser visto como um potencial criminoso. Não faz sentido que todos os políticos sejam considerados uns ladrões – é isso que se ouve na rua – e que pelo meio não haja um esforço para castigar efectivamente quem é corrupto.

Sendo um ano difícil, que oportunidades é que têm de ser agarradas em 2011, para podermos ter esperança numa perspectiva de médio/longo prazo?

Devemos encarar o futuro justamente dessa forma: não como um tempo de dificuldades, mas como um tempo de oportunidades. Há mais vida para além dos ratings e da dívida da Grécia. O que a História nos ensina é que é fundamental fazer uma leitura distanciada dos acontecimentos, tantas vezes empolados pelo tempo mediático. Se olharmos para trás, vemos que às dificuldades respondemos com resistência, aos problemas com soluções e às indecisões com objectivos. Foi assim que avançamos e é assim que temos de seguir em frente. Hoje, 40% da população portuguesa nasceu depois de 1970, pelo que não tem memória de nenhuma crise, pensando que a vida é uma curva linear e ininterrupta até ao sucesso material e pessoal. Mas a vida é como a natureza: não tem dia sem noite e não tem Verão sem Inverno. E é bom que assim seja, porque só no frio damos valor ao calor e só no escuro percebemos a importância da luz. Assim é com as dificuldades – elas são a melhor forma para percebermos a razão e o sentido dos sacrifícios que nos são pedidos.

Ou seja, mais importante do que ter um Governo com uma estratégia e objectivos balizados para o país, é crucial que os cidadãos se encarem como a solução em si próprios?

Também. É tão decisivo ter um Governo determinado a avançar num cenário complicado, como é preciso que os cidadãos abracem esse desafio, pois nenhum Executivo muda o país sozinho. Temos que nos saber levantar e lembrarmo-nos de que podemos sempre cair. **E**



Nuno Morais Sarmiento

Advogado e ex-ministro

“Sem dinheiro é preciso repensar os apoios sociais”